

INSTITUTO  
 Documentação  
 Fonte: OESP (Geral)  
 Data: 30/9/2001 Pg. #13  
 Class: 717

# Caça ilegal ameaça reserva da mata atlântica

Agliberto Lima/AE

*Caçadores invadem parque estadual, em Sete Barras, atrás de pacas e capivaras*

JOSÉ MARIA TOMAZELA

**S**ETE BARRAS – Um girau, plataforma de paus trançados com cipós amarrada a dois troncos de árvore, um cartucho deflagrado, restos de comida e lixo não deixam dúvidas. Caçadores estão freqüentando o Parque Estadual de Carlos Botelho, reserva de mata atlântica de 37 mil hectares, no Vale do Ribeira, região sul de São Paulo. Eles se embrenham pela mata, seguindo a trilha aberta pelos palmiteiros que também agem ilegalmente na unidade de conservação, teoricamente a mais protegida do Estado. No trecho em que a reserva faz divisa com o Bairro do Rio Preto, em Sete Barras, a 205 quilômetros da capital, é possível permanecer vários dias na mata sem ser importunado. “Os guarda-parques não vêm aqui e a polícia só dá batidas na vila”, diz o ex-palmitreiro Nestor Farias.

O que atrai os caçadores são pacas e capivaras, animais de carne considerada saborosa. “Matam também o macaco mono”, diz, referindo-se ao miqui ou mono-carvoeiro, maior primata das Américas, ameaçado de extinção. “Há quem goste da carne.” Há algumas semanas, postas de uma anta abatida a tiros foram distribuídas entre moradores das vizinhanças. O animal, maior mamífero brasileiro, chega a pesar 200 quilos. Outras presas fáceis dos caçadores, o macuco, o jacu e a jacutinga, também estão na lista dos ameaçados. São aves de grande porte, as duas últimas alvo fácil na copa das árvores. O macuco é uma ave terrestre, de vôos curtos e carne apreciadíssima. “É um bicho bobo, fácil de pegar”, conta Farias. Em



Vista aérea do Parque Estadual Carlos Botelho, em Sete Barras: pobreza das comunidades dos entornos estimula as invasões

Agliberto Lima/AE

Caio Guatelli/AE- 4/6/99



Rio Preto, em Sete Barras, serve de caminho às invasões



Capivaras são alvo de caçadores por causa do sabor da carne

seis horas de caminhada na mata, no início do mês, guiada pelo ex-cortador de palmitos, a reportagem pôde observar uma anta, um casal de jacus e dois macucos na Serra do Maneco Lopes, dentro da reserva. Também encontrou três giraus e cinco acampamentos recém-utilizados por palmiteiros. Da pal-

meira juçara, que produz o palmito, restam poucos exemplares adultos, apenas em grotes de acesso difícil.

O coordenador do parque, José Luiz Camargo Maia, reconhece que falta pessoal para dar conta da fiscalização. A pobreza em que vivem as comunidades dos entornos estimula as

invasões para coleta de palmito e caça. “Há uma situação de conflito permanente, pois as invasões são diárias e intensas.” O plano é ocupar esse pessoal com projetos de recuperação das matas, plantio e exploração sustentada de palmito, mas falta verba. O parque desenvolveu dias atrás, em conjunto com a

Associação de Monitores de São Miguel Archanjo, projeto de reciclagem de lixo e plantio de mudas nos bairros Guararema e Abaitinga. “Não há como garantir a preservação sem essa interação com as comunidades.” As outras unidades de conservação sofrem a mesma investida.

Os guardas florestais recla-

mam da falta de condições para uma atuação mais freqüente. A cota de gasolina é insuficiente. Não é raro terem de pedir combustível à administração dos parques para perseguir palmiteiros. O Parque de Jacupiranga, cortado pela Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), sofre a ação de madeiros e posseiros. A coordenadora Gina Guerra de Andrade calcula que 10 mil pessoas vivem no interior da reserva.

**Recursos** – Projetos de formação de monitores foram interrompidos por falta de verbas. O coordenador de parques da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Mário Nunes de Souza, reconhece que a fiscalização é precária. As unidades têm menos da metade do efetivo de fiscais e guarda-parques do que seria necessário. A falta de verbas interrompeu vários projetos para formação e treinamento de monitores e exploração do ecoturismo. A verba atende apenas um terço das necessidades.

Os R\$ 47 milhões obtidos com a venda da Comgás para o governo do Estado liberou para desenvolver o Vale do Ribeira não chegaram aos parques. A distribuição da verba ficou a cargo do Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Ribeira (Codivar), que a rateou entre várias prefeituras. Foram contempladas obras como a pavimentação de vicinais e ampliação do aeroporto de Registro. “O meio ambiente ficou a ver navios”, disse o ambientalista Roberto Costa, do Núcleo Ecológico de Iporanga. Os parques também não receberam os R\$ 2,5 milhões que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) pagou como compensação ambiental pela duplicação da BR-116. O excesso de burocracia atrasou a liberação. O superintendente do DNER, Deuzedir Martins, disse que a primeira parcela, de R\$ 700 mil, sai logo.